



Capital social e sustentabilidade: uma relação intrínseca

Social Capital and Sustainability: An Intrinsic Relationship

Fernanda da Rocha SALLES¹, Valdir FERNANDES^{1*}, Marcelo LIMONT²

¹ Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Curitiba, PR, Brasil.

² Universidade Positivo (UP), Curitiba, PR, Brasil.

* E-mail de contato: vfernandes@utfpr.edu.br

Artigo recebido em 9 de maio de 2017, versão final aceita em 31 de outubro de 2017.

RESUMO: O objetivo deste ensaio é realizar discussão acerca da relação intrínseca entre os conceitos de capital social e sustentabilidade, no contexto dos processos de desenvolvimento territorial. Sua estrutura apresenta quatro partes: introdução, discussão teórica sobre o conceito de capital social, relação entre capital social e sustentabilidade, e considerações finais. Partindo do conceito de capital social, descreve-se sua genealogia, evolução histórica e suas respectivas dimensões para, na sequência, resgatar o conceito de sustentabilidade e estabelecer a relação histórica e epistemológica entre esses dois conceitos, considerando a análise do ambiente sociocultural das décadas de 1960 e 1970.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; territorialidade; racionalidade.

ABSTRACT: The aim of this essay is to discuss the intrinsic relationship between the concepts of social capital and sustainability regarding the territorial development processes. Its structure consists in four parts: introduction, theoretical discussion on the concept of social capital, relationship between social capital and sustainability, and final considerations. Based on the concept of social capital, its genealogy, historical evolution and respective dimensions are described, in order to recover the concept of sustainability and establish a historical and epistemological relationship between these two concepts, taking into account the sociocultural environmental analysis of the 1960s and 1970s.

Keywords: sustainable development; territoriality; rationality.

1. Introdução

“A ideia geralmente admitida do desenvolvimento também é cega diante das devastações e degradações que produz. A ideia do desenvolvimento é uma ideia subdesenvolvida!” Morin (2015, p. 31).

O objetivo deste ensaio é realizar discussão acerca da relação intrínseca entre os conceitos de capital social e sustentabilidade no contexto dos processos de desenvolvimento territorial.

O conceito de desenvolvimento é comumente associado ao crescimento econômico, medido pelo indicador Produto Interno Bruto (PIB). Em contraposição a essa concepção reducionista, diferentes autores, como Furtado (1974), Dowbor (2009), Sen (2010), Max-Neef (2012), Polanyi (2012) e Morin (2015), ampliam o debate sobre desenvolvimento construindo uma crítica severa à sua associação apenas ao crescimento econômico e, conseqüentemente, a progresso, renda, inovação e industrialização. A tese desses autores é que desenvolvimento baseado apenas na dimensão econômica não responde à amplitude e complexidade dos desafios envolvidos nos processos socioeconômicos, especialmente em face à finitude dos recursos naturais.

Polanyi (2012) já percebia essa contradição e produziu uma crítica à sociedade de mercado, uma reflexão sobre como enfrentar e superar o crescente economicismo, e propõe restabelecer o lugar da economia nas sociedades e na hierarquia do desenvolvimento, resgatando a partir da visão de Aristóteles de economia o seu significado substantivo, que consiste na relação dos seres

humanos com seu entorno físico na busca da subsistência (Fernandes, 2008).

Furtado (1974, p.75) fazia essa crítica já na década de 1970, afirmando que o conceito de desenvolvimento predominante na sociedade assentava-se no mito de desenvolvimento econômico. Afirmava que “a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito”. Esse mito desvia as atenções da tarefa de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades dos avanços da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos tais como os investimentos, as exportações e o crescimento. Trata-se de um processo iniciado na revolução industrial que paulatinamente permeou as culturas. Um processo de racionalização da vida em função de objetivos econômicos que historicamente transformou-se em racionalização econômica (Fernandes, 2008). Inspirado no panorama descrito, em Polanyi (2012) e, especialmente em Furtado (1974), e no seu legado de fazer a teoria econômica “colar” com a realidade, Dowbor (2009) propõe o conceito de democracia econômica, que traz para a discussão da ciência econômica a necessidade de democratizar a economia.

Sen (2010) por sua vez, propõe o desenvolvimento como expansão das liberdades humanas. Para este autor, é necessário que se removam as fontes de privação de liberdade como: pobreza, tirania, falta de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e interferência excessiva de Estados repressivos. Segundo Sen (2010), as pessoas são influenciadas por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras (boa saúde, educação, incentivo e aperfeiçoamento). Este mesmo autor

investiga cinco tipos de liberdades: políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

No mesmo sentido, Max-Neef (2012) propõe o “desenvolvimento à escala humana”, cujos pilares são: satisfação das necessidades humanas fundamentais, geração de níveis crescentes de autoconfiança e articulações orgânicas das pessoas com a natureza e a tecnologia.

Em sintonia com estes questionamentos e reflexões surge, nas décadas de 1970 e 1980, o conceito de desenvolvimento sustentável. O conceito foi consolidado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMAD), criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), conhecida como Comissão Brundtland, que organizou o relatório Nosso Futuro Comum e que define desenvolvimento sustentável como

Um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforça o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações futuras (...) é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades (WCED, 1987, p. 46).

O conceito de desenvolvimento sustentável teve como antecedente a Declaração da Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) no Ambiente Humano, realizada em junho de 1972 em Estocolmo, que deu origem à declaração de Estocolmo, na qual “O homem (...) tem a solene obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras”.

Um importante marco conceitual no contexto do desenvolvimento sustentável foi elaborado por Sachs (2008, p. 85-87), que propõe oito dimensões de desenvolvimento sustentável: ecológica, ambiental, territorial, social, cultural, econômica, política nacional e política internacional. O desenvolvimento territorial contempla:

Configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público); Melhoria do ambiente urbano; Superação das disparidades inter-regionais; Estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguro para áreas e ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade e ecodesenvolvimento) (Sachs, 2008, p. 85-87).

A proposta de Sachs (2008) abre espaço para a discussão da territorialidade no contexto da sustentabilidade, remetendo aos aspectos culturais e simbólicos relacionados à relação e uso da terra no contexto do território. Segundo Saquet (2015), o território envolve as relações entre o homem e a natureza/ambiente; compreende o ambiente natural e o ambiente construído, de forma sistêmica. A partir de pressupostos filosóficos da fenomenologia, a territorialidade envolve a vida coletiva, comunidades, percepções, sentimentos do território, organização e signos que diversos autores denominam como *capital social*.

2. *Capital social*

O conceito de capital social possui diversas acepções e orientações teóricas. Nas últimas décadas, o capital social foi foco de estudos e debates nas ciências sociais: Bourdieu (1980; 1985),

Nahapiet & Ghoshal (1997), Coleman (1988), Portes (1998), Putnam (2000; 2006), Franco (2001) entre outros.

Em relação à genealogia do conceito de capital social, segundo Franco (2001) e Putnam (2000; 2006), Alexis de Tocqueville (1805-1859) foi quem primeiro descreveu o fenômeno da expressão do capital social, observando e captando a capacidade de criar ações voluntárias. Lyda Hanifan (1916) cunhou o termo capital social e Jane Jacobs (1961) inaugurou seu uso numa perspectiva sociológica. Em relação à abordagem do capital social e relações de desenvolvimento, os pioneiros foram o sociólogo Ivan Light (1972) e o economista Glenn Loury (1977; 1987). O conceito de capital social foi consolidado pelos sociólogos Pierre Bourdieu (1980; 1985) e James Coleman (1988; 1990).

De acordo com Franco (2001), Tocqueville cunhou o termo “governo civil”, para designar a capacidade da sociedade em gerar ordem espontaneamente a partir da cooperação. Governo civil seria, portanto, o antepassado, em linha direta, do conceito de capital social. Para Brandão (2011), o “espírito” do capital social origina-se da teoria social clássica do século XIX, na qual Stuart Mill, Emile Durkheim, Georg Simmel e William Kornhauser enfatizaram a importância da sociedade civil organizada (associações voluntárias) para a consolidação da democracia. Simmel (1903) trata do contraste entre as relações sociais nas grandes e pequenas cidades (ou no campo). Na grande cidade havia a “intensificação da vida nervosa” e caráter intelectualista dos habitantes, ao passo que na cidade pequena as relações sociais pautadas pelos sentimentos. “Na metrópole o homem é apenas uma pequena engrenagem de um grande sistema que ele não compreende, mas do qual é

forçado a participar” (Fernandes, 2010, p. 71). De certa forma, Simmel (1903) comparava a cidade a um organismo vivo. Ainda de acordo com Franco (2001), Jacobs (1961) questionava por que certas cidades americanas pareciam florescentes enquanto outras estavam fenecendo. No livro *Morte e Vida das Grandes Cidades Americanas* (1961), a autora usa a expressão capital social para referir-se às redes de relações do bairro que, segundo ela, são o capital social urbano insubstituível:

Para a autogestão de um lugar funcionar, acima de qualquer flutuação da população deve haver a permanência das pessoas que forjaram a rede de relações do bairro. Essas redes são o capital social urbano insubstituível. Quando se perde esse capital, pelo motivo que for, a renda gerada por ele desaparece e não volta senão quando se acumular, lenta e ocasionalmente, um novo capital (Jacobs, 1961, p. 151).

O conceito de capital social possui duas vertentes teóricas: na primeira vertente o capital social é relacionado ao indivíduo (capital social acumulado pelo indivíduo), e a segunda vertente o capital social é considerado como um bem público (que permeia a relação entre pessoas e grupos, um elemento pertencente a uma comunidade ou sociedade). Furlanetto (2008) explica as duas vertentes correntes de pensamento em relação ao capital social:

A primeira, comum entre os sociólogos, reforça a ideia de que as ações individuais podem ser fortalecidas por meio da participação dos mesmos em redes sociais, em interações diretas e indiretas com os outros atores da rede, e a relacionam aos recursos e benefícios potenciais que um ator detém, por possuir ou participar de uma rede sólida e durável de relações pessoais (Bourdieu, 1985; Coleman, 1988;

Portes, 1998); na segunda corrente, a da preferência dos cientistas políticos, o capital social é visto como uma parte significativa das relações e laços internos que caracterizam as bases da ação coletiva e garantem-lhe a coesão necessária para atingir os resultados esperados (Putnam, 1993, p. 179; Fukuyama, 1995, p. 377; Locke, 1995, p. 3; Woolcock, 1998). (Furnaleta, 2008, p. 62).

Para Bourdieu (1986), a abordagem do capital social concentra-se em redes, e especificamente sobre a adesão a rede em termos de acesso a recursos e oportunidades. A abordagem de Bourdieu influenciou uma série de pesquisas sobre as ligações entre redes e resultados individuais positivos. Segundo Bourdieu (1986), onde há mais capital social há melhor aproveitamento dos recursos econômicos (do capital econômico) e das habilidades humanas (do capital cultural).

Coleman (1988) abordou o conceito de capital social de forma mais ampla, examinando tanto o papel das interações dentro das famílias sobre os resultados individuais (nível educacional, papel de relações comunitárias, normas e sanções) quanto sobre os resultados do grupo. Coleman (1988) reconheceu tanto o bem público como os aspectos privados de capital social. Para este autor, o capital social aumenta os recursos à disposição dos indivíduos que se encontram imersos em relações.

De Aquino (2000) identifica que, tanto para Coleman (1988), quanto para Bourdieu (1986), a manutenção do capital social depende da contínua ativação das relações sociais a ele relacionadas. O capital social se desvanece se não for utilizado.

Putnam (2000) aborda o capital social como algo que opera nos macro e meso-níveis da sociedade, enfatizando que capital social é um bem público e definindo-o em termos de redes

de engajamento cívico, confiança e normas de reciprocidade (definição mais “enxuta” adotada recentemente).

Para Meadows (1998) capital social é um estoque de atributos (confiança, conhecimento, eficiência, honestidade) que pertence à coletividade humana, e não a um único indivíduo. Para a autora, o capital social é um fim intermediário do desenvolvimento, que pode ser direcionado para um estilo de desenvolvimento, mas que também influencia no seu curso através dos modos de vida que representa.

Franco (2001) compreende como um conceito político. Segundo o autor, capital social, apesar de conter as palavras “capital” e “social”, não se trata de um conceito econômico e social não se trata de um conceito sociológico. Capital social é um conceito político, pois trata de um “poder”, o poder de fazer, inovar, empreender, um empoderamento, um encorajamento que flui da sociedade para o indivíduo (Franco, 2001).

Neste sentido, D’Araujo (2010) defende a ideia de que o capital social pode ser um importante instrumento prático e conceitual para a consolidação de políticas públicas associadas ao desenvolvimento sustentável à democracia e ao papel da sociedade civil.

Os principais autores e as principais definições de capital social estão sintetizados na Tabela 1.

2.2. *Dimensões do capital social*

Coleman (1988) propõe a seguinte classificação das dimensões do capital social: relacional, normativo, cognitivo, de confiança no ambiente social e institucional. A dimensão relacional refere-

se às relações entre os indivíduos, a dimensão normativa refere-se as regras de funcionamento do grupo social e a dimensão cognitiva refere-se à transmissão e aquisição de conhecimentos. A confiança no ambiente social está ligada ao nível de confiança atribuído ao ambiente social, e o capital social institucional é a relação com a instituição a qual o grupo está vinculado.

Nahapiet & Ghoshal (1997) propõem três dimensões interconectadas do capital social: dimensão estrutural, dimensão relacional e

dimensão cognitiva. Para Nahapiet & Ghoshal (1997) a dimensão estrutural trata dos padrões das conexões entre os atores, tais como: presença ou ausência de laços, configurações e padrões de rede (densidade, conectividade e hierarquia, organização apropriada, ou seja, como as relações sociais foram criadas); a dimensão relacional refere-se aos laços entre os atores, cujas principais características são: confiança e confiabilidade, normas e sanções, obrigações e expectativas, e identidade e identificação. A dimensão cognitiva

TABELA 1 – Principais definições de capital social.

Fonte	Definição
Hanifan (1916, p. 130).	“No uso da frase capital social, não faço referência a aceitação usual do termo capital, exceto no sentido figurado. Eu não me refiro a bens imóveis, ou a bens pessoais ou a dinheiro frio, mas sim àquela na vida que tende a tornar essas substâncias tangíveis que contam para a maioria na vida diária de um povo, ou seja, boa vontade, companheirismo, solidariedade mútua e relações sociais entre grupo de indivíduos e famílias que compõem uma unidade social, a comunidade, cujo centro lógico é a escola.”
Jacobs (1961, p. 137-138).	“O termo capital social, inicialmente surgido nos estudos sobre comunidades, destaca a importância central – para a sobrevivência e funcionamento das comunidades – das fortes redes de relacionamento pessoais desenvolvidas ao longo do tempo, as quais proveem a base para a confiança, cooperação e ação coletivas nestas comunidades. ”
Bourdieu (1985, p. 51).	“O capital social é o agregado dos recursos reais ou potenciais que estão vinculados à posse de uma rede durável de relacionamentos mais ou menos institucionalizados de conhecimento e reconhecimento mútuo – ou, em outras palavras, aos membros em um grupo – que provê cada um de seus membros com o apoio do capital coletivo próprio, uma credencial que permite eles a creditar, nos vários sentidos na palavra.”
Bourdieu (1985, p. 243).	“Composta por obrigações sociais (conexões), que é conversível, em determinadas condições, em capital econômico e pode ser institucionalizado sob a forma de um título de nobreza”.
Bourdieu (1985, p. 248).	“Do total dos recursos reais ou potenciais que estão ligadas à posse de uma rede durável de mais ou menos institucionalizadas relações de conhecimento mútuo ou reconhecimento”.
Coleman (1988, p. 302).	“[...] capital social é definido por sua função. Não é uma realidade única, mas uma variedade de diferentes realidades que possuem duas características em comum: elas consistem em alguns aspectos da estrutura social e elas facilitam certas ações dos indivíduos que estão dentro da estrutura. Como outras formas de capital, o capital social é produtivo, torna possível a realização de certos fins que não seriam atingíveis em sua ausência. [...] Diferente de outras formas de capital, o capital social é inerente à estrutura de relações entre as pessoas . Ele não é contido nem nos indivíduos e nem nos utensílios da produção.”
Bourdieu & Wacquant (1992, p. 119).	“A soma de recursos reais ou virtuais, que reverem para um indivíduo ou grupo, em virtude de possuir uma rede durável , mais ou menos institucionalizada de relações de conhecimento mútuo e reconhecimento”.

Fukuyama (1995, p. 10).	“A capacidade das pessoas para trabalhar em conjunto para fins comuns em grupos e organizações”.
Fukuyama (1995, p. 28).	“O capital social pode ser definido simplesmente como a existência de certo conjunto de valores informais ou normas compartilhadas entre os membros de um grupo que permita a cooperação entre eles”.
Nahapiet & Ghoshal (1997, p. 243).	“A soma dos recursos reais e potenciais disponíveis na estrutura interna, derivados a partir da rede de relações pertencentes a um indivíduo ou unidade social. O capital social compreende, assim, tanto a rede , quanto os ativos que podem ser mobilizados por meio dessa rede.”
Meadows (1998, p xi).	“Capital social é um estoque de atributos (confiança, conhecimento, eficiência, honestidade) que pertence à coletividade humana, e não a um único indivíduo.”
Putnam (2000, p. 67).	“Características da organização social, tais como redes, normas e confiança social que facilitam a coordenação e cooperação para benefício mútuo”
Putnam (2000, p.177).	“Aqui [na comunidade cívica] o capital social diz respeito a características da organização social como confiança, normas e sistemas , que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando ações coordenadas.”
Bourdieu (2003, p. 134).	“O capital representa um poder sobre um campo (num dado momento) e mais precisamente, sobre o produto acumulado do trabalho passado (...). As espécies de capital, à maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado. (...) A posição de um determinado agente.”
Putnam (2006, p. 19).	“ Conexões entre os indivíduos - as redes sociais e as normas de reciprocidade e confiança que surgem a partir deles”.

FONTE: Autoria própria, grifo dos autores (2016).

do capital social refere-se aos recursos que proporcionam representações, interpretações, sistema de significados compartilhados, interpretações e sistemas de significados, como a linguagem, códigos e narrativas entre as partes. Foca nos relacionamentos particulares, como respeito e amizade, os quais influenciam os seus comportamentos.

Woolcock (2001) descreve as dimensões do capital social, classificadas como: bonding, bridging e linking. Segundo o autor, bonding (relação estreita) são laços fortes entre pessoas em situações semelhantes; bridging (pontes/colmatar) são laços mais fracos entre as pessoas, amigos soltas, colegas de trabalho, parceiros de negócios e conhecidos; Linking (conexão, ligação, vinculação) aplica-se para pessoas em situações diferentes, que estão fora da comunidade, caracterizado por

relações hierárquicas em que existem diferentes níveis de poder.

Halpern (2008) propõe uma matriz conceitual de capital social, que contempla três dimensões transversais e inter-relacionadas: redes (relações e conexões), normas (regras, valores e expectativas) e sanções (recompensas e punições). Os níveis de análise do capital social são classificados como micro (laços estreitos com família e amigos), meso (comunidades e associações) e macro (relações de nível estadual e nacional). Também utiliza a nomenclatura bridging, bonding e linking para referir-se as principais funções do capital social, conforme Figura 1.

O Banco Mundial (2003) utiliza as seguintes dimensões para classificar o capital social: grupos e redes, confiança e solidariedade, ação coletiva e

cooperação, inclusão e coesão social, informação e comunicação.

A Organization for Economic Cooperation and Development (OCDE) tem estudado a mensuração do capital social. A OECD (2013, p.22) considera

quatro diferentes aspectos do capital social: relacionamentos pessoais, rede de apoio social, engajamento cívico e normas de confiança e cooperação.

Em 2001, a OECD emitiu o relatório sobre o bem-estar das Nações (*The well-being of nations*) que discutiu a importância do capital social e capital humano e em 2002 promoveu a conferência Capital Social: o desafio da mensuração internacional. O evento reuniu a experiência de 22 países diferentes na medição social de capital, compartilhou algumas boas práticas e opções propostas para melhorias na medição e comparabilidade.

Harvard Kennedy School realizou de 1997 a 2000 o *The original saguaro seminar meetings*, para tratar do tema capital social e realiza pesquisas sobre indicadores de capital social Social Capital Community Benchmark Survey 2000 e 2006. Para Harvard (2015), mensurar o capital é importante por três razões: tornar o conceito de capital social mais tangível, aumentar o investimento no capital social: ajudar os financiadores e organizações comunitárias construir mais capital social.

Os instrumentos e ferramentas mais utilizados para a mensuração do capital social encontrados na literatura são: Questionário Integrado para Medir Capital Social -(QI-MCS) – Banco mundial (2003); Questionário Capital Social – New South Wales Study (1998); World Values Surveys (WVS) 2005-2006; Questionário de capital social - Núcleo de Estudos de Populações (Nepo) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Lima *et al.*, (2013) realizaram uma comparação dos instrumentos de mensuração de capital social, conforme Tabela 2.

A partir de uma perspectiva interdisciplinar, os instrumentos de mensuração de capital social são

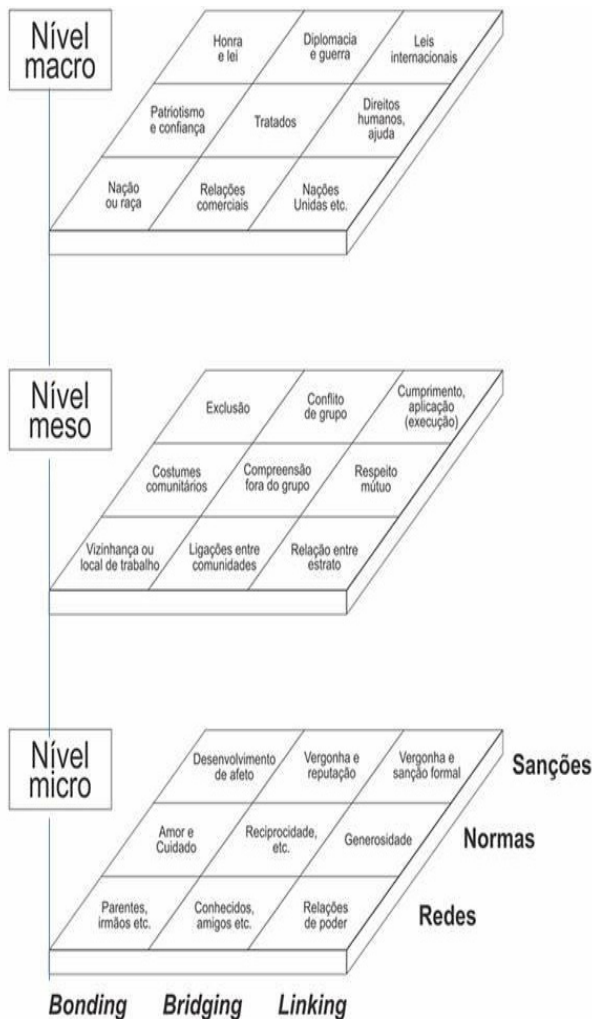


FIGURA 1 – Matriz conceitual do capital social.

FONTE: Halpern (2008, p. 27), tradução nossa.

variados, e denotam a necessidade de adaptação ou mesmo elaboração dos instrumentos em função das características dos grupos estudados (Lima *et al.*, 2013). Com base nesse pressuposto, o escopo deste ensaio é estabelecer a relação entre capital social e sustentabilidade, buscando compreender a importância de um conceito analítico como o caso do capital social para os fins, expresso num conceito formal, como é o caso do conceito de sustentabilidade.

3. *Capital social e sustentabilidade*

A partir de uma análise referencial epistemológica e histórica dos conceitos de capital social e sustentabilidade, é possível identificar relações intrínsecas entre eles. Tais

relações suscitam aproximações teóricas que foram delineadas ao longo do tempo e na medida em que a sociedade vem buscando, mesmo que de maneira pontual, a institucionalização desses conceitos. A pontualidade desse processo, marcada pela assinatura de protocolos legais e acordos internacionais vinculados ao desenvolvimento sustentável, esbarra na difícil operacionalização de uma ação coletiva e organizada.

Tanto o conceito de capital social quanto de sustentabilidade, em sua essência, são orientados pela aproximação relacional de indivíduos a ponto de construir uma ação social que, necessariamente, sustente o protagonismo do indivíduo enquanto sujeito histórico, ou seja, atores sociais capazes de intervir de maneira autônoma no processo de construção de uma determinada sociedade. A complexidade e a emergência dos problemas

TABELA 2 – Comparativo entre instrumentos de mensuração de capital social.

Instrumento	Dimensões	N. de questões	Tipos de questões
Banco Mundial	Grupos e redes Confiança e solidariedade Ação coletiva e cooperação Informação e comunicação Coesão e inclusão social Autoridade e ação política	95	Múltipla escolha Dicotômicas Escala de concordância Abertas
New South WalesStudy	Não consta divisão precisa entre dimensões, apenas há uma divisão das questões de dados demográficos para caracterização da amostra e as específicas sobre capital social	50	Escala de quatro graus Múltipla escolha
World ValuesSurvey	Não faz divisão das dimensões	258	Escala de satisfação Múltipla escolha Dicotômicas
Nepo	Faz a divisão entre o quadro sociodemográfico e relações sociais, subdivide-se em relações pessoais, familiares, amigos e vizinhos, poder público.	43	Múltipla escolha Dicotômicas Abertas
Putnam	Divide o questionário em seis dimensões: Identificação de grupos; confiança; confiança em instituições; empréstimos; redes; ações cívicas e dados demográficos	16	Abertas Múltipla escolha Escala Likert (escala de resposta psicométrica)

FONTE: Adaptado de: Lima *et al.*, (2013).

sociais contemporâneos e seu consequente reflexo na matriz de uso dos recursos naturais, caracterizam um momento de crise civilizatória que, dificilmente, será resolvida de forma individualizada e pontual. É a partir dessa reflexão e crítica que buscamos a motivação para estabelecer relações entre capital social e sustentabilidade.

Como visto, do ponto de vista histórico, o conceito de capital social, cunhado na referência de Alexis de Tocqueville, aparece de maneira literal em 1916 (Hanifan, 1916). Sua interpretação em um contexto social acontece em 1961 (Jacobs, 1961), na mesma década em que Raquel Carson alerta a sociedade para o risco dos problemas ambientais decorrentes da ação humana e sua transposição territorial (Carson, 1962). Nos anos subsequentes, os conceitos de ecodesenvolvimento proposto por Sachs (2004) e, em decorrência, o de desenvolvimento sustentável (WCED, 1987), reforçam o surgimento do conceito de sustentabilidade. Essa relação temporal demonstra que tanto a ideia de sustentabilidade quanto a de capital social refletem o alinhamento de uma conjuntura de transformações sociais históricas que, cada vez mais, valorizam os princípios da cooperação. Veremos adiante que mesmo o delineamento das dimensões de ambos os conceitos surgem em resposta às questões sociais e ambientais em cada época, seja pela tentativa de seu enfrentamento, seja pela negação a essas questões.

Outro ponto de aproximação entre os dois conceitos é a valorização da perspectiva crítica, relacionada a processos de emancipação dos sujeitos e de reflexão sobre o papel social ocupado pelos indivíduos em sociedade. Os conceitos resgatam o sentido de coletividade, como referência de

uma ação realmente transformadora. Com isso, nos aproximamos da participação social como sendo um elemento intrínseco da ação coletiva e organizada. Vários autores associam a participação dos indivíduos em espaços institucionalizados tais como associações, colegiados, conselhos temáticos e redes, como sendo base do exercício pleno de cidadania (Bordenave, 1983; Ammann, 1992; Pateman, 1992; Demo, 1995; Dagnino, 2002; Gohn, 2001).

Esses espaços, vistos como arranjos de mobilização de capital social, favorecem o aprendizado da participação social, contribuindo ainda para o processo de subjetivação, de formação do sujeito histórico, conforme proposto em Alain Badiou (1994), Cornelius Castoriadis (1995), Max Weber (2004) e Alain Touraine (2007). A organização da sociedade no formato de redes foi destacada pelos autores consultados nesta revisão (Jacobs, 1961; Bourdieu, 1986; Coleman, 1988; Nahapiet & Ghoshal, 1997; Putnam, 2000; Banco Mundial, 2003; Halpern, 2008; OECD, 2013; Portes, 1998). Elas são espaços representativos da esfera pública e condicionam sua atuação a partir da relação de intercâmbio e interdependência de diferentes atores sociais. Para Castells (2006), as redes formam “estruturas abertas capazes de expandir-se de forma indeterminada e de compartilhar os mesmos códigos de comunicação” (Castells, 2006, p. 566). Essa relação de parceria e cooperação percebida em ambientes de redes também é a base de operacionalização do conceito de sustentabilidade.

Ao analisar de forma comparada as dimensões de capital social (conforme Tabela 3) foi possível traçar um fio lógico que subsidiou o estabelecimento

das relações entre essas dimensões e as dimensões de sustentabilidade, estas propostas por Sachs (2008).

A partir da leitura do quadro 3, que apresenta as dimensões e os respectivos autores que trataram do conceito de capital social neste ensaio, ficou evidente a dimensão relacional presente em todas as concepções dos autores. Essa dimensão expressa tanto laços sociais construídos quanto a necessidade de sua construção.

Sachs (2008) também considera o aspecto relacional em todas as dimensões que propõe, sendo:

(i) De forma direta nas dimensões: social, quando trata da participação democrática; cultural, quando defende um projeto integrado de desenvolvimento, envolvendo diferentes atores sociais e suas culturas; política, quando aponta o Estado como expressão coletiva da sociedade; territorial, quando trata do conceito de territorialidade, associado à identidade das pessoas em relação a ressignificação do espaço que ocupam; e econômica, quando trata de desenvolvimento econômico diversificado, tendo a economia como atividade humana

TABELA 3 – Classificação das dimensões do capital social.

Décadas dos anos de 1980 e 1990: concepções e discussões conceituais	
Dimensões propostas por Coleman (1988)	Dimensões propostas por Nahapiet & Ghoshal (1997)
<ul style="list-style-type: none"> - relacional (laços e relações pessoais); - normativa (regras); - cognitiva (transmissão de conhecimento); - confiança no ambiente social; - institucional 	<ul style="list-style-type: none"> - estrutural (conexões entre pessoas); - relacional (regras e construção de laços); - cognitiva (aprendizado a partir da interpretação de significados)
Década dos anos de 2000: transição entre discussões conceituais e operacionalização	
Dimensões propostas por Woolcock (2001)	Dimensões propostas por Halpern (2008)
<ul style="list-style-type: none"> - bonding (laços pessoais fortes); - bridging (pontes e articulação entre pessoas; laços fracos); - linking (hierarquias de relacionamento; a serem construídas) 	<ul style="list-style-type: none"> - redes (relações entre pessoas e instituições); - normas; - sanções.
Dimensões propostas pelo Banco Mundial (2003)	
<ul style="list-style-type: none"> - relações pessoais; - redes; - engajamento cívico; - Normas de confiança/cooperação 	
Década dos anos de 2010: operacionalização e tentativas de mensuração	
Dimensões propostas por OECD (2013)	
<ul style="list-style-type: none"> - grupos/redes de relacionamento; - confiança/solidariedade; - ação coletiva/cooperação; - inclusão/coesão social; - Informação/comunicação. 	

FONTE: Autoria própria.

-
- provedora das necessidades sociais de determinada coletividade;
- (ii) E de forma indireta nas dimensões: ecológica, quando remete também à noção de necessidade objetiva, em contraste com as necessidades subjetivas socialmente construídas quando se trata de uso dos ecossistemas; e ambiental, quando vincula a utilização do ambiente enquanto resultado das atividades humanas na biosfera.

4. Considerações finais

O objetivo principal deste ensaio foi realizar a discussão da relação intrínseca entre os conceitos de capital social e sustentabilidade no contexto dos processos de desenvolvimento territorial. Em um contexto histórico, foi possível delimitar três intervalos temporais, sendo: (i) das décadas de 1980 e 1990, cuja tônica envolveu esforços dos autores em delinear o entendimento sobre os conceitos de capital e sua classificação em diferentes dimensões. (ii) da década dos anos 2000, quando se percebe um momento de transição entre a discussão conceitual e sua operacionalização, com autores propondo arranjos estruturais de materialização da teoria em proposições de ações de intervenção, como nas redes, normas e sanções; e (iii) década dos anos de 2010, com a preocupação em mensurar capital social por meio de ferramentas de avaliação. Essa proposição surge pela iniciativa de duas instituições de atuação internacional, as quais já dispenderam inúmeros esforços no sentido de avaliar a sustentabilidade em diferentes dimensões.

Ainda considerando a cronologia, agora do percurso da sustentabilidade, alinhado ao

fio lógico proposto, as décadas de 1980 e 1990 também correspondem ao período em que o conceito de desenvolvimento sustentável estava sendo amadurecido do ponto de vista teórico. Foi a década em que houve a confecção do Relatório Brundtland (WCED, 1987), cujo documento final ficou conhecido como O Nosso Futuro Comum, o qual faz uma crítica ao modelo econômico e trata do bem estar da sociedade vinculado aos limites naturais. Logo em seguida, em 1992, surge a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92). Esse momento histórico coincide com o que chamamos de década dos anos 2000. Assim como mencionado no quadro 2, institucionaliza-se o conceito de desenvolvimento sustentável, encerrando um ciclo de discussão conceitual e se inaugura um ciclo de operacionalização do conceito, tendo a Agenda 21 como seu principal instrumento. Uma das prerrogativas de implementação das chamadas Agendas 21, globais, regionais e locais foi, justamente, a cooperação entre atores sociais e seu fortalecimento enquanto representação da esfera pública.

Por fim, no último ciclo temporal, da década dos anos 2010, a tônica avança da operacionalização da sustentabilidade para sua mensuração. As tentativas de confecção de instrumentos de mensuração demonstra preocupação em potencializar os instrumentos teóricos do desenvolvimento sustentável.

Assim, o pressuposto da ação coletiva é argumento transitório tanto nas discussões sobre capital social quanto da sustentabilidade. Logo, o protagonismo e a organização social surgem como elementos de transformação social, os quais devem ser motivados. Considerar a teoria do capital social

no delineamento de ações e estratégias que buscam sustentabilidade é uma perspectiva que precisa, no mínimo, ser pensada.

Referências

- Ammann, S. B. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. São Paulo: Cortez, 8. ed., 1992.
- Badiou, A. *Para uma nova teoria do sujeito*: conferências brasileiras. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- Banco Mundial. Questionário integrado para medir capital social. *Grupo Temático sobre Capital Social*, p. 58-80, 2003.
- Bordenave, J. D. *O que é participação?* São Paulo: Brasiliense, 1983.
- Bourdieu, P. O capital social: notas provisórias. In: Nogueira, M. A.; Catani, A. (Orgs.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 65-69.
- Bourdieu, P. The forms of capital. In: Richardson, J. G. (Ed.). *Handbook of theory and research for sociology of education*. New York, Greenwood, 1986. p. 241-58.
- Bourdieu, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 6. ed., 2003.
- Bourdieu, P.; Wacquant, L. D. *An Invitation to reflexive sociology*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.
- Brandão, P. I. M. Capital social e cidadania: as novas configurações da participação política no Brasil. In: *Anais do IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR – World Association for Public Opinion Research*, 2011, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <<http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/biblioteca/Pedro-Ivo-Martins-Brandao.pdf>>
- Carson, R. *Silent spring*. 1962. 1994.
- Castells, M. *A sociedade em rede*: a era da informação, economia, sociedade e cultura. São Paulo: Editora Paz e Terra, Volume 1, 2006.
- Castoriadis, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3. ed., 1995.
- Coleman, J. S. Social capital and the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, 94, S95-S120, 1988.
- Coleman, J. S. *Foundations of social theory*. Harvard University Press, Cambridge, 1990.
- Dagnino, E. Sociedade civil, espaços públicos e construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: Dagnino, E. (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- De Aquino, J. A. As teorias da ação social de Coleman e de Bourdieu. *Humanidades e Ciências Sociais*, 2(2), 17-29, 2000.
- D’Araujo, M. C. *Capital Social*. Coleção Ciências Sociais: Passo-a-passo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010.
- Demo, P. *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. Campinas: Autores Associados, 1995.
- Dowbor, L. *Democracia econômica*: Alternativas para a gestão social. Petrópolis: Vozes, 2009.
- Fernandes, V. A racionalização da vida como processo histórico: crítica à racionalidade econômica e ao industrialismo. *Cadernos EBAPE.BR*, 6(3), 1-20, 2008. doi: 10.1590/S1679-39512008000300002
- Fernandes, V. Interdisciplinariedade: a possibilidade de reintegração social e recuperação da capacidade de reflexão na ciência. *INTERthesis*, 7(2), 65-80, 2010.
- Franco, A. de. *Capital social*: Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy. Instituto de Política. Curitiba: Millennium, 2001.
- Fukuyama, F. *Trust: the social virtues and the creation of prosperity*. Free Press Paperbacks, 1995.
- Furlanetto, E. L. Instituições e desenvolvimento econômico: a importância do capital social. *Revista de Sociologia e Política*, 16(31-Supl), 2008. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/28134/18692>>
- Furtado, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.
- Gohn, M. da G. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2001.
- Halpern, D. *Social Capital*. Cambridge: Polity, 2008.

- Hanifan, L. J. The rural school community center. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 67(1), 130-138, 1916.
- Harvard Kennedy School. *About Social Capital*. Disponível em: <<http://www.hks.harvard.edu/programs/saguaro/about-social-capital>>. Acesso em: jun. 2015.
- Jacobs, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, (1961) 2000 (Coleção a).
- Light, I. H. *Ethnicenterprise in America: Business and welfare among Chinese, Japanese, and Blacks*. University of California Press, Berkeley, 1972.
- Lima, A. G. D.; Dos Santos, M. J.; Carniello, M. F. Instrumentos de coleta de dados para mensuração de capital social. *Revista Cereus*, 5(1), 99, 2013. Disponível em: <<http://ojs.unirg.edu.br/index.php/1/article/view/89>>
- Loury, G. A dynamic theory of racial income differences. In: Wallace, P.; Le Mund, A. (Orgs.). *Women, minorities and employment discrimination*, Lexington Books, Mass., 1977.
- Loury, G. Why should we care about group inequality? *Social Philosophy and Policy*, 5, 249-271, 1987.
- Max-Neef, M. *Desenvolvimento à escala humana: concepção, aplicação e reflexões posteriores*. Blumenau: Edifurb, 2012.
- Meadows, D. Indicators and Information Systems for Sustainable - A report to the Balaton Group. *The Sustainability Institute*. 1998. Disponível em: <<http://donellameadows.org/wp-content/userfiles/IndicatorsInformation.pdf>>. Acesso em: abr. 2016.
- Morin, E. *A via para o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2. ed., 2015.
- Nahapiet, J.; Ghoshal, S. Social capital, intellectual capital and the creation of value in firms. *Academy of Management Proceedings*, 22, 35-39, 1997. doi: 10.5465/AMBPP.1997.4980592
- OECD – Organization for Economic Cooperation and Development. Four Interpretations of Social Capital: An Agenda for Measurement. *OECD Statistics Working Papers*, 2013/06, OECD Publishing. Disponível em: <[http://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=STD/DOC\(2013\)6&docLanguage=En](http://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=STD/DOC(2013)6&docLanguage=En)>. Acesso em: mai. 2016.
- Pateman, C. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- Polanyi, K. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Tradução. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- Portes, A. Social capital: its origins and applications in modern sociology. *Annual Review of Sociology*, 24, 1-24, 1998. doi: 10.1146/annurev.soc.24.1.1
- Putnam, R. D. The prosperous community: Social Capital and public life. *American Prospect*, 13, 35-42, 1993.
- Putnam, R. Bowling alone: America's declining social capital. *Journal of Democracy*, 6(1), 65-78, 2000.
- Putnam, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Tradução: Luis Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Editora FGV, 5. ed., 2006.
- Touraine, A. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 3. ed., 2007.
- Sachs, I. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. 151p. Garamond, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. ISBN X, v. 85761704, 2004.
- Sachs, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Organização: Paula YoneStroh. Rio de Janeiro: Garamond, 3.ed., 2008.
- Saquet, M. A. *Abordagens e conceitos de território*. São Paulo: Outras Expressões. 4.ed., v. 200, 2015.
- Sen, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- Simmel, G. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). *Mana*, 11(2), 577-591, 2005. doi: 10.1590/S0104-93132005000200010
- Weber, M. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- WCED – World Commission on Environment and Development. *Our Common Future*. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- Woolcock, M. The place of social capital in understanding social and economic outcomes. *Isuma: Canadian Journal of Policy Research*, 2(1), 1-17. 2001. Disponível em: <<http://www.oecd.org/innovation/research/1824913.pdf>>